

Juros caem para 8,5%

Primeiro a anunciar baixa foi o Chase Manhattan

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, terça-feira, 22 de abril de 1986 11

e beneficiam o Brasil

e País poderá economizar US\$ 60 milhões



Victorio

A tendência de queda nas taxas internacionais de juros, com a **prime rate** baixando ontem para 8,5% em alguns bancos americanos — o primeiro deles a anunciar sua decisão foi o Chase Manhattan, seguido pelo Morgan Guaranty, representa para o Brasil algo mais que a economia de quase 60 milhões de dólares em juros somente este ano: com o custo menor dos empréstimos, o Governo brasileiro tende a forçar nos próximos meses o retorno das operações normais de mercado junto aos bancos credores, como forma de reduzir a transferência líquida de recursos ao exterior.

Pelo menos até o final do ano não se deve enfatizar mais a retórica do endurecimento com os credores, de acordo com qualificada fonte do Palácio do Planalto, já que a situação internacional mostra-se extremamente favorável ao Brasil: não só os juros estão no nível mais baixo dos últimos oito anos como, também, os preços do petróleo estabilizam-se em baixa, permitindo alguma economia com a importação de energia. Isto facilita também o crescimento econômico nos países industrializados, garantindo mercado para as exportações brasileiras.

Até final de setembro, quando a comunidade financeira estará novamente com as atenções voltadas para a assembléia anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, espera ter obtido algum resultado na nova tentativa de desadjetivar o País como "devedor-problema". Por enquanto existem apenas manifestações de boa-vontade por parte de alguns banqueiros estrangeiros, que se dizem dispostos a emprestar novamente ao País, dentro dos mecanismos de mercado. Algumas operações de pequeno valor estariam engatilhadas, devendo ser usadas pelo Governo como demonstração de que a normalidade está voltando após quatro anos de inter-

rupção neste fluxo.

Não se trata, de acordo com assessores do Ministério da Fazenda, de perseguir o antigo modelo de endividamento internacional — isto não poderia ser motivo de nenhuma política econômica que se pretenda executar na direção de um crescimento auto-sustentado, e nem teria qualquer respaldo dos credores. O que a área econômica imagina que pode ser obtido este ano, usando os trunfos do superávit comercial de 12,5 bilhões de dólares projetado junto com um ganho de 1 bilhão de dólares nas reservas, é fugir do "limbo" imposto através das sucessivas renegociações da dívida.

Supondo que tenha sucesso, fechando algumas operações de empréstimos bancários sem passar pelo Comitê de Assessoramento formado pelos maiores credores, o País chegaria no final do ano em condições de propor aos banqueiros um plano de longo prazo para a reestruturação da dívida externa. Este assunto voltará à tona no último trimestre, à medida em que for se aproximando o vencimento, em março de 1987, do atual acerto provisório para rolagem da dívida de curto prazo e manutenção das linhas comerciais e interbancárias.

Para chegar até lá, entretanto, existem diversas barreiras: primeiro, o País ainda não conseguiu acertar a renegociação de 2,4 bilhões de dólares vencidos e por vencer este ano junto aos governos de países industrializados que integram o Clube de Paris. A exigência de um acordo de ajustamento econômico com o FMI, como pré-condição para a rolagem no Clube de Paris, continua de pé apesar dos indícios de que o Plano de Estabilização Econômica vem sendo recebido como um esforço no rumo correto. Segundo, não há nenhuma indicação de que o governo norte-americano venha a aceitar a proposta de uma reunião com os governos de países devedores, para tratar a questão da dívida no que seria um fórum político, co-

mo propôs o ministro Funaro.

A expectativa no Palácio do Planalto é que o Plano Cruzado dê certo a médio prazo, de forma que até o final do ano seus resultados possam ser apresentados como garantia aos credores de que a economia brasileira está se ajustando sem passar pela recessão. A manifestação favorável do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, dizendo que acompanha com "muito interesse e simpatia" o plano brasileiro, foi recebida como o sinal mais evidente de que os credores tendem a aceitar o choque heterodoxo como uma garantia de que o País continuará em condições de honrar os pagamentos da dívida externa.

Mas o ponto principal continua sendo a equação representada pela transferência de renda ao exterior versus retomadas investimentos internos na economia. Mesmo com a queda da **prime rate** para 8,5%, que tende a ser ampliada para outros grandes bancos além do Chase Manhattan, o Brasil ainda continuará pagando mensalmente quase 900 milhões de dólares somente por conta dos juros da dívida externa. Esta transferência não apenas suga recursos que se fazem necessários para a retomada dos investimentos produtivos na economia como também, tende a se transformar num item politicamente explosivo com a aproximação da eleição para a Assembléia Constituinte.

Incapaz de impor um limite aos pagamentos de juros fora dos esquemas de rolagem do principal seguidos até agora, o Brasil não vem encontrando outra saída senão pleitear o retorno das condições normais de mercado. Com isso, o Governo espera demonstrar que recobrou a credibilidade internacional perdida desde a crise de 1982, reduzindo a transferência líquida já que o balanço de pagamentos apresentaria novamente o ingresso de recursos externos, sob a forma de empréstimos voluntários.